

PARADIGMAS DE ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Andressa Gicelly Matias Sousa ¹
Ana Clara Nascimento Sousa ²
Kamilla Maria de Melo Brito ³
Márcia Mirelly Silva Melo ⁴
Edmilson Luiz Rafael ⁵

INTRODUÇÃO

De acordo com a Carta Magna brasileira, pessoas com deficiência têm o direito de receber um atendimento diferenciado, que atenda às suas necessidades e os ajudem a superar dificuldades e acompanhar os conteúdos ministrados em sua respectiva turma. Contudo, sabemos que, apesar de previsto como um direito, em muitas escolas brasileiras, isto não ocorre na prática. Desse modo, no âmbito estudantil se fazem necessárias as salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE), como forma de auxiliar os alunos com deficiência.

Pensando nisto, este trabalho tem como objetivo geral analisar quais paradigmas estão regendo o ensino de Língua Portuguesa no AEE, como também outros dois objetivos específicos: o primeiro é perceber a metodologia e a concepção de língua da professora especializada e o segundo é analisar se a escola cumpre com os critérios exigidos para o ensino a jovens com deficiência pela LDB nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996). Tomando como base a noção de paradigmas, que segundo VASCONCELLOS (2018, p.29) é a forma como vemos e atuamos no mundo, analisaremos quais os resquícios que ainda existem do paradigma tradicional no AEE e se há influência do paradigma emergente apresentado por MORAES (2012).

Além disso, é importante salientar a concepção de língua da professora que leciona na escola analisada, visto que é um dos pontos que define sua prática pedagógica, que pode ser ou

¹ Graduanda do Curso de Letras – Língua Portuguesa da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, andressa.gicelly@estudante.ufcg.edu.br;

² Graduanda do Curso de Letras – Língua Portuguesa da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, ana.nascimento@estudante.ufcg.edu.br;

³ Graduanda do Curso de Letras – Língua Portuguesa da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, kamilla.maria@estudante.ufcg.edu.br;

⁴ Graduanda do Curso de Letras – Língua Portuguesa e Língua Francesa da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, marcia.mirelly@estudante.ufcg.edu.br;

⁵ Doutor em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, eluzirafael@gmail.com.

não inclusiva, posto que a inclusão social é um conjunto de ações que combatem a exclusão de indivíduos da vida em sociedade e oferecem oportunidades iguais de acesso a bens e serviços a todos.

Ademais, buscaremos explicar o funcionamento do AEE e a qualidade deste ensino na escola, apontando seus pontos positivos e/ou negativos. O foco da observação está em responder ao seguinte questionamento: ao perceber as concepções de ensino e de língua da professora e observar as aulas, quais paradigmas regem o ensino de língua portuguesa no Atendimento Educacional Especializado?

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Para que a pesquisa fosse realizada, entramos em contato com a diretora de uma Escola Municipal do cariri paraibano, que contempla apenas o Ensino Fundamental regular, em busca de autorização para observar a escola. Após autorização, fomos à instituição, verificamos sua estrutura, dialogamos com funcionários e tomamos nota do que foi dito para entender melhor seu funcionamento. Após esse momento, entramos em contato com a professora responsável pelo atendimento especializado através do aplicativo de mensagens *WhatsApp* no qual obtivemos respostas de alguns questionamentos e agendamos nossa próxima visita, no intuito de assistir presencialmente a uma aula, para analisar sua concepção de língua e sua metodologia.

A escola analisada recebe pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE) dois alunos do Ensino Fundamental Anos Iniciais e dez do Ensino Fundamental Anos Finais, a professora responsável por este ensino especializado é formada em Letras - Língua Portuguesa e especializada em Educação Especial Inclusiva e atua na escola há três anos, atendendo nos turnos da manhã e da tarde. Os alunos deste atendimento são em maioria deficientes visuais, sendo dez do sexo masculino e duas do sexo feminino, com idades entre 16 e 45 anos. O Atendimento Educacional Especializado funciona através de um profissional capacitado e o atendimento é individualizado, ou seja, um aluno por vez, para que o profissional possa dar a atenção devida a cada um. É importante destacar que embora esta assistência seja feita com foco específico em um aluno, ele não deveria ser isolado da turma, este apoio seria dado dentro da sala de aula e não retiraria o discente do convívio com os colegas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme dito anteriormente, a questão norteadora deste relato é perceber quais paradigmas regem o ensino de língua portuguesa no Atendimento Educacional Especializado - AEE. A partir desse questionamento e das possíveis respostas para ele, analisaremos quais métodos e concepções de ensino são utilizados pela especialista, se são apropriados para o ensino, a fim de perceber como é conduzido e qual sua relação com os paradigmas tradicional e emergente.

Sobre o paradigma emergente, MORAES (2012) defende que as estratégias de planejamento devem ser dinâmicas e para isso requer um pensamento criativo, inovador e flexível, sem essas características a educação brasileira permanecerá na marginalidade. O discente atua como um ser complexo e autônomo, que produz sua própria aprendizagem, agindo como um investigador e um crítico dos seus conhecimentos e o docente é o mediador deste processo:

Neste contexto, coexistem diferentes propostas pedagógicas que não fortalecem a educação como um sistema aberto nem o ser humano em sua multifuncionalidade como o indivíduo dotado de múltiplas inteligências, com diferentes estilos cognitivos. Dessa forma, continuam oferecendo uma educação fechada, centralizada, estável, destinada a uma população qualquer, totalmente amorfa, um tratamento igual para todos, descuidando das diferenças e das necessidades individuais. (MORAES, 2012, p. 83 e 84)

Portanto, ao observar a fala da autora, inferimos que há uma crítica ao paradigma tradicional, já que o mesmo não leva em consideração a heterogeneidade dos alunos, ou seja, para todos é dada uma mesma forma de ensino sem respeitar suas diferenças.

Em primeiro lugar, em uma das visitas, no dia 03 de maio de 2021, no período de 10h00 às 10h45 da manhã, tivemos a oportunidade de observar uma aula prática no ensino fundamental anos finais, na qual a professora assistia a um dos alunos do AEE individualmente, devido a pandemia e para a segurança desse jovem. Na aula, a professora lia uma história para o aluno com deficiência visual e ele a acompanhava por meio da leitura em braile, além disso envolvia o aluno com sua forma de oralizar o texto, usando entonações e pausas para enriquecer cada vez mais a experiência do aluno com a leitura. A respeito da concepção de língua temos que a trabalhada pela professora é a sociocognitiva.

Para início da análise dos dados, é importante termos em vista que A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996) garante ao aluno com deficiência ou altas habilidades o direito a professores com especialização adequada para este atendimento. Além disso, são necessários professores do ensino regular

capacitados para a inclusão desses alunos nas salas de aula comuns, bem como materiais e salas multifuncionais com recursos pedagógicos.

É possível constatar que o ensino da linguagem não pode ser homogêneo, pois cada aluno apresenta particularidades e é necessário que o docente esteja atento a cada uma delas, ideia proposta por AZEREDO (2007):

A outras dimensões do uso da palavra, nas quais o mundo não está pronto, mas precisa ser criado, nas quais as frases e os sentidos não estão disponíveis como produtos nas prateleiras dos supermercados, mas, pelo contrário, precisam ser elaborados. Essa é a dimensão em que se movimentam todos aqueles que têm desafios pela frente, que precisam ir além da realidade já construída e aparente. (p. 36)

Tomando como base a ideia defendida por Azeredo (2007), para os alunos cegos a LP é ensinada através do braile, por meio de adaptação tátil, ou seja, é feito o uso de materiais didáticos traduzidos. Durante a observação das aulas, pudemos ver que além do recurso tátil, a professora também utiliza a verbalização para explicar algumas palavras que os alunos não conhecem. Na visita à escola, observamos alguns livros didáticos traduzidos para o braile, e o que mais nos chamou atenção foram os livros de literatura, que não possuíam apenas o texto traduzido, mas algumas figuras com texturas, o que certamente enriquece o aprendizado e chama atenção do aluno, assim como figuras coloridas fazem aos alunos videntes.

Para alunos surdos, a professora entrevistada relatou que o ensino de LP é feito pela oralidade, pela escrita e pela língua de sinais, e que a maior dificuldade deste ensino é que alguns alunos surdos chegam à escola sabendo língua de sinais, mas não tem nenhum contato prévio com a língua portuguesa. Para ANTUNES (2009, p. 35), “língua é uma atividade funcional. Isto é, as evidências nos dizem que nenhuma língua existe em função de si mesma.”, ou seja, a língua realiza-se em situações comunicativas.

Contudo, encontramos na resposta dada pela professora alguns pontos a serem analisados cautelosamente, pois nem todos os alunos surdos possuem um grau auditivo que lhe permita entender a língua oralizada. Alguns sofrem muito durante esse processo de ensino, pois não conseguem ouvir nem entender, mesmo os que possuem aparelho coclear, e por isso acabam fazendo uma leitura labial sem sentido e reproduzindo o que lhes parece certo, com isso, muitas vezes o professor repreende este aluno deixando-o ainda mais desconfortável.

O aluno aprende melhor quando os professores orientam a aquisição das habilidades enfatizando a demonstração e o exercício supervisionado e quando o aluno adquire cada vez mais autonomia ao ver-se diante de uma aprendizagem a ser feita por ele mesmo. (AZEREDO, 2007, p.40).

Seguindo esta linha de pensamento, podemos perceber que alguns métodos de ensino da professora se encaixam no paradigma emergente, pois buscam conceber autonomia para os alunos, ou seja, quebrar as barreiras que cada um apresenta para aprendizagem. Para isso, a docente opta por fazer uma leitura compartilhada com os alunos, fazendo com que estes participem ativamente da aula, criando relações com o texto e os gêneros textuais. Ademais, ainda conseguimos enxergar atitudes que se adequam no paradigma tradicional, pois de certa forma estão internalizadas na educação brasileira, como o uso da oralização no ensino da língua portuguesa para alunos surdos.

Para AZEREDO (2007, p.32) boa parte dos brasileiros escolarizados veem importância no desenvolvimento de apenas duas habilidades combinadas, sendo elas falar e escrever corretamente e identificar os aspectos estruturais da língua no contexto escrito, para o autor, este pensamento é preconceituoso, equivocado e limitante, pois elege a língua escrita como única forma de expressão. Com base neste pensamento, concordamos que a língua não deve ser ensinada apenas nos aspectos regidos pela gramática tradicional, que estas atitudes reforçam o preconceito acerca das variações linguísticas, como também das variadas formas de expressão utilizadas, por exemplo, pelos surdos que utilizam a LIBRAS e as expressões para sua comunicação, ou pelos deficientes visuais que além da fala utilizam métodos sensoriais em sua comunicação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após análise dos dados, e respondendo à pergunta norteadora, verificamos que os paradigmas que regem o ensino na sala de Atendimento Educacional Especializado são os paradigmas emergente e tradicional explicados por Moraes (2012). Tendo em vista que, apesar de todas as inovações propostas com este atendimento inclusivo, como material didático personalizado, professora especialista e sala especial, o ensino ainda sofre fortes influências do ensino tradicional que impõe a reprodução e a memorização do que foi estudado, tendo esta repetição de conhecimento como meio de aprendizagem. A partir do que entendemos por ensino de língua portuguesa, verificamos que tal paradigma está ultrapassado e que as inovações são necessárias para um ensino de qualidade, seja no AEE ou no ensino comum.

Com base em tudo que foi descrito no presente relato sobre o nosso contato com o ensino AEE (Atendimento Educacional Especializado), podemos inferir que este tipo de educação vem alterando positivamente a vida de vários brasileiros que antes não tinham perspectiva escolar. Através dos textos estudados em sala de aula em conjunto com a análise de dados conseguidos

pelo grupo, é possível concluir a importância para o ensino da existência e atuação do Paradigma Emergente, pois é a partir da concepção deste novo meio que todo o padrão de ensino tradicional é quebrado. Isso quer dizer que, sem a intervenção destes métodos a aprendizagem de crianças e adolescentes portadores de alguma deficiência estaria comprometida, como foi visto anteriormente, estes precisam de um cuidado e atenção especial na aprendizagem.

Outrossim, trazendo o foco para o ensino de Língua Portuguesa, segundo a resposta dada pela profissional de educação em nosso diálogo, são encontradas diferentes dificuldades em cada aluno e é por este motivo que o atendimento em determinado momento acontece de forma individual. A mesma relatou que, para casos de alunos com deficiência visual, por exemplo, conta com o material dos livros didáticos em braile oferecidos pela instituição de ensino. Isso nos leva a compreender que, o profissional deve ser bem capacitado para atuar com este tipo de educação, pois é uma atividade que requer planejamento e estudo diante das circunstâncias encontradas em cada ambiente escolar que o oferece.

Palavras-chave: Paradigmas; Inclusão; Ensino; Língua Portuguesa; AEE.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, I. **A língua e a identidade cultural de um povo.** In: ANTUNES, I. Língua, texto, ensino: outra escola possível. São Paulo: Parábola Editorial, 2009, p. 19-48.
- AZEREDO, J. C. **Ensino de português:** fundamentos, percursos, objetos. Rio de Janeiro: Zahar, 2007. p. 32-40.
- LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília: MEC, 1996. BRASIL.
- MORAES, Maria Cândida. **O paradigma educacional emergente.** 16 ed. - Campinas, SP: Papyrus, 2012. p. 55- 81.
- VASCONCELLOS, Maria José Esteves. **Pensamento sistêmico:** o novo paradigma da ciência. Campinas: Papyrus, 2013. p. 27-48.